SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/01/2015 - Instituto Telecom

Teles e bancos superexploram operadores de telemarketing, aponta fiscalização

Não grite com o operador de telemarketing de seu banco ou operadora de celular. Por mais que você tenha razão, muito provavelmente ele esteja sofrendo uma pressão monumental no trabalho. Muito provavelmente ele esteja ficando doente por isso. Física e psicologicamente.

Oi, Vivo, Santander, Itaú, NET, Citibank e Bradesco. Essas sete gigantes das telecomunicações e do setor financeiro superexploram os trabalhadores que prestam serviços por teleatendimento, diz o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Uma megaoperação de quase dois anos de duração e que abrangeu sete estados brasileiros constatou inúmeros exemplos de abusos trabalhistas contra nada menos que 185 mil pessoas. Destes, 104 mil trabalhavam para a Oi.

De abril de 2013 a dezembro de 2014, na primeira ação desse porte, uma equipe de 14 auditores fiscais do trabalho, que contou com a colaboração de outros 36 auditores, investigou as condições de trabalho desses profissionais na Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Analisou contratos, holerites, registros de pontos, entre outros documentos, e visitou os locais de trabalho.

O resultado: 932 autos de infração lavrados, R$ 318,6 milhões em multas, R$ 119,7 milhões de dívidas com o FGTS e quase R$ 1,5 bilhão em débitos salariais. A fiscalização, que teve início em abril de 2013 em Minas Gerais e Pernambuco e se tornou nacional em outubro do mesmo ano, investigou o período que vai de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. A Repórter Brasil acompanhou a operação no Recife (PE), em maio do ano passado.(Leia mais informações aqui, na matéria 'Pelo amor de deus, não vá ao banheiro')

A reportagem solicitou posicionamento das sete empresas responsabilizadas e da Contax. A Sindi-Telebrasil, representando a Oi e a Vivo, afirma: "O setor de telecomunicações adota entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a atividade de telesserviços é uma atividade especializada e, em relação a demandas administrativas e judiciais, as empresas estudam eventuais medidas cabíveis." O Santander alega que "atua em conformidade com a legislação". O Bradesco afirma que "cumpre rigorosamente as normas trabalhistas vigentes".

Leia mais: http://migre.me/nZr6N

05/01/2015 - Clipping FNDC - Blog "O Cafezinho - Miguel do Rosário"

Rádios de Aécio levaram R$ 1 milhão do governo de MG

Ok, Aécio repassou R$ 1 milhão para suas próprias rádios, enquanto era governador.

Depois nós é que somos os "blogueiros sujos, patrocinados pelo governo federal".

Ah, como é bom ser tucano!

Se a Dilma tivesse uma rádio, e tivesse repassado R$ 2,99 do governo federal para ela, a oposição e a mídia já estariam pedindo impeachment.

Como é tucano, então pode. Só uma dúvida, incluíram as estatais de Minas nessa conta?

E antes de 2003, quando o PSDB tinha o governo federal, a rádio de Aécio levou alguma coisa?

Parodiando o Titãs, a gente quer saber inteiro, não pela metade!

Deu no R7.com:

• Governo de Minas repassou mais de R$ 1 milhão a empresas ligadas a Aécio Neves.

• Verbas oficiais foram direcionadas a rádios e jornal da família, segundo jornal

• Empresas de Aécio receberam verbas públicas enquanto ele era governador

Entre 2003 e 2014, o governo de Minas Gerais repassou um total de cerca R$ 1,2 milhão a três rádios e um jornal ligados à família de Aécio Neves (PSDB-MG). O balanço aponta os gastos feitos no período em que o mineiro foi governador por duas vezes do Estado, e de seu sucessor, o também tucano Antonio Anastasia.

Leia mais: http://migre.me/nZrEf

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/01/2015 - Rede Brasil Atual

Centrais rejeitam que trabalhador pague a conta das mudanças na Previdência

Para sindicalistas, a rotatividade, um dos problemas alegados pelo governo para mudar legislação, não é responsabilidade do trabalhador, mas dos empresários

São Paulo – As centrais sindicais devem se reunir com o governo, em aproximadamente três semanas, e defender a posição de que aceitam mudar regras da Previdência Social se os trabalhadores não pagarem a conta. "É importante deixar claro que tudo o que se refere a transparência, aperfeiçoamento e maior controle social não traz problemas para nós, desde que não retire direitos dos trabalhadores", diz Carmen Helena Ferreira Foro, vice-presidente da CUT.

O governo deve chamar uma reunião para debater com os sindicalistas o conteúdo das medidas provisórias 664 e 665, ambas de 30 de dezembro de 2014, que mudam diversas regras de concessão de benefícios pela Previdência Social, como seguro-desemprego, auxílio-saúde, auxílio-doença e abono salarial. As medidas foram anunciadas pelo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, no dia 29 de dezembro.

O ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, afirmou, em entrevista à Rádio Brasil Atual, que a atual "benevolência da regra" do seguro-desemprego faz com que muitos jovens distorçam a finalidade do benefício, de garantir a subsistência do desempregado. "Muitos jovens às vezes entram no emprego, ficam cinco, seis meses, pedem demissão, recebem o seguro-desemprego durante seis meses, depois entram em outro emprego, em seguida pedem demissão de novo, para obter o benefício", explicou Gabas. O ministro disse que essa distorção provoca alta rotatividade.

Leia mais: http://migre.me/nZrZT

05/01/2015 - Rede Brasil Atual

Dieese: 'Valorização do salário mínimo cria efeito dinâmico na sociedade'

Coordenador do Dieese diz que manutenção da política de reajuste sustenta mercado interno e força alta geral dos salários, com impacto multiplicador

São Paulo – O coordenador de atendimento técnico sindical do Dieese, Airton Santos, comentou nesta segunda-feira (5) em entrevista à Rádio Brasil Atual que a política de valorização do salário mínimo não é importante apenas para os trabalhadores e aposentados que o recebem, mas para os demais salários também.

Segundo o coordenador, o reajuste de 8,8%, em vigor desde 1º de janeiro, que elevou o valor do salário mínimo para R$ 788, representa uma "razoável" massa de recursos injetada na economia e cria um efeito "dinâmico" na sociedade. "Um efeito multiplicador, porque esses recursos vão para as pessoas de renda baixa e voltam diretamente para a economia, como consumo".

Airton afirma que, juntamente com as políticas de transferência de renda e o esforços do movimento sindical em conquistar aumentos reais, o salário mínimo tem sustentado o mercado interno. "Sua importância é ainda maior, pois faz com que o piso salarial de diversos setores da produção sejam puxados para cima, garantindo um aumento geral dos salários."

Leia mais: http://migre.me/nZsJo

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/01/2015 - Rede Brasil Atual

Reforma política estrutural ainda está distante e depende de mobilização social

Dilma tomou posse para seu segundo mandato sem que o primeiro tenha avançado na direção da 'mãe de todas as reformas', e perspectivas positivas a partir de 2015 dependem de mobilização social

São Paulo – No discurso de posse na quinta-feira (1°), a presidenta Dilma Rousseff voltou a falar na reforma política e aludiu à competência do Parlamento, mas mencionou a importância da participação popular no processo, embora com menos ênfase do que esperado pelos defensores de uma reestruturação profunda do sistema político eleitoral. "A reforma política é responsabilidade constitucional desta Casa, mas deve mobilizar toda a sociedade", afirmou.

Logo após o pronunciamento da chefe do Executivo, o presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, (PMDB-AL), também falou do tema, mas em outra direção: diferentemente das propostas do PT, que é a favor do plebiscito, ele defendeu outra solução: "Por sua complexidade e por se tratar de uma prerrogativa do Legislativo, é recomendável que o Congresso faça a reforma, e a submetamos a um referendo popular".

No dia 2, o líder do PT na Câmara, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, disse à RBA que o partido continua na defesa do plebiscito e da constituinte exclusiva. "Espero que se faça prevalecer o que deliberou o partido, que é a nossa meta independentemente do que deseja um personagem ou outro", declarou.

Em seu discurso de posse em 2011, Dilma também comentou a necessidade da reforma política, mas igualmente mencionou o tema em um curto parágrafo, em tom vago, e sem falar em mobilização: "Na política, é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições".

Considerada fundamental para iniciar um processo de transformações estruturais no país – incluindo o combate à chamada "corrupção sistêmica" e a democratização das eleições –, a reforma política é objeto de propostas de emendas constitucionais e debates acalorados há pelo menos duas décadas, desde o primeiro mandato do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Dilma Rousseff tomou posse para o quarto mandato consecutivo do PT sem que se possa prever se os discursos da presidenta e de lideranças em Brasília sobre a urgência da "mãe de todas as reformas" ultrapassará ou não o status da retórica.

De lá para cá, pouco ou nada avançou. No primeiro ano de mandato de Dilma, em 2011, a Câmara dos Deputados compôs uma comissão especial sob a relatoria do deputado Henrique Fontana (PT-RS). O parlamentar estudou o tema durante dois anos, condensou 11 propostas de projetos tramitando isoladamente no Congresso e por fim apresentou seu relatório no primeiro semestre de 2013. O texto introduzia ao sistema político o financiamento público exclusivo de campanhas, fim das coligações (introduzindo a figura das federações partidárias), coincidência das eleições municipais, estaduais e federais, além da ampliação da participação da sociedade na apresentação de projetos de iniciativa popular por meio de participação digital e nova opção de lista partidária flexível.

O relatório chegou a ser colocado na pauta da Câmara pelo presidente da casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), mas, em 9 de abril de 2013, por falta de acordo entre os líderes partidários, o texto, que chegou "à porta do plenário", segundo expressão de Fontana, foi engavetado.

Leia mais:
http://migre.me/nZuBH

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/01/2014 — Tele.Sintese

PT SGPS estuda venda de ações da OI E recompra parcial da PT PORTUGAL, diz site

Holding pode emitir memorando nesta terça (6) recomendando compra de 20% das ações da operadora após transferência dos ativos para a Altice.

A PT SGPS estaria disposta a se desfazer de ações da Oi para recomprar uma participação de 20% na PT Portugal. A PT SGPS detêm 25,6% da Oi. Os papéis da PT Portugal seriam recomprados da Altice, após conclusão do negócio realizado com a Oi. A Altice já manifestou vontade de vender parcela das ações da operadora PT Portugal, sem abrir mão do controle da empresa. As informações foram veiculadas pelo site português Expresso Diário.

O conselho diretor da PT SGPS se reúne entre terça e quarta-feira desta semana para debater o tema e aprovar um memorando a ser divulgado ao mercado, detalhando a proposta. Com a recompra, a PT SGPS quer pleitear o direito de nomear na diretoria da operadora portuguesa ao menos dois executivos, número proporcional à posse dos 20% das ações. Este cenário só se efetivaria caso a venda da PT Portugal à Altice seja concluída.

Já o site Observador ressalta que o conselho da PT SGPS pretende aprovar o memorando até quarta-feira. A intenção seria publicá-lo juntamente com pareceres jurídicos, exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários de Portugal, que atestam que venda da PT Portugal representam descumprimento do acordo de fusão entre PT e Oi. Ainda assim, o conselho da PT SGPS preferiria concluir a venda e recomprar a participação na operadora, a enfrentar uma disputa judicial com a companhia brasileira.

O mesmo site afirma também, que ainda nesta semana, a PT SGPS deve divulgar ao mercado os resultados da auditoria interna, realizada pela PriceWaterHouseCoopers, sobre os investimentos feitos na empresa Rio Forte, do Grupo Espírito Santo. Os investimentos resultaram em calote e levaram à assinatura de um memorando alterando as condições de fusão entre a Oi e a PT SGPS em meados de 2014.

Leia mais: http://migre.me/nZvyC

05/01/2014 — Tele.Sintese

HUAWEI projeta crescimento de 15% na receita de 2014

Enquanto Xiaomi volta a anunciar crescimento de três dígitos em receita e unidades vendidas.

O ano de 2014 superou as expectativas de duas companhias chinesas. A Huawei, que fabrica smartphones e fornece infraestrutura de rede, afirmou que deve concluir o ano com receita 15% acima do previsto no começo de 2014. Em valores nominais, será um faturamento de cerca de US$ 46 bilhões.

A divisão que mais cresceu em 2014, na comparação com o ano anterior, foi justamente a de produtos ao consumidor final. O departamento teve receita de US$ 11,8 bilhões, 30% maior que em 2013. Apesar disso, o número de unidades vendidas ficou abaixo da meta prevista de 80 milhões de unidades.

O aumento dos ganhos foi impulsionado pela abertura de lojas próprias em diversos países, inclusive na América Latina. De acordo com nota da companhia, atualmente, 55% das vendas de aparelhos são feitas pelas operadoras, mas 45% já são realizadas no varejo, sem relação com as teles.

http://www.telesintese.com.br/huawei-projeta-crescimento--de-15-na-receita-de-2014/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/01/2015 - Teletime

Oi projeta EBITDA de até R$ 7,4 bilhões em 2015

A Oi divulgou fato relevante nesta segunda, dia 5, para informar o valor de referência (guidance) com que a empresa está trabalhando para seu EBITDA em 2015. Segundo a empresa, o indicador deve ficar entre R$ 7 bilhões e R$ 7,4 bilhões, considerando um crescimento do PIB na casa de 0,55% e uma inflação de 6,5%. A empresa desconsidera nestes valores variações pontuais, como venda de ativos, e também prefere não fazer a projeção consolidada, incluindo as operações da Portugal Telecom, por conta do processo de negociação desses ativos.

http://www.teletime.com.br/05/01/2015/oi-projeta-ebitda--de-ate-r-7-4-bilhoes-em-2015/tt/400724/news.aspx

22/12/2014 - Teletime

Telefônica recebe sinal verde para comprar GVT

Em sua última reunião do ano, realizada nesta segunda, 22, a Anatel aprovou o pedido de anuência prévia da Vivo/Telefônica para a aquisição da GVT. A agência determinou alguns condicionantes à operação, contudo. Para a Anatel, as empresas devem manter indefinidamente a cobertura geográfica atual de atuação da GVT e da própria Telefônica nos serviços de SCM, STFC e SeAC, não podendo reduzir essa cobertura ou criar condições que inviabilizem, para os usuários, a contratação dos serviços. A Anatel também determinou que os planos atuais das duas empresas sejam mantidos por 18 meses, e que por 18 meses os contratos com os usuários sejam mantidos, salvo renegociação entre as partes.

A agência deu ainda 18 meses para as empresas se desfazerem de todas as sobreposições de outorga de STFC e SCM nas cidades de Várzea Paulista, Suzano, Votorantim e Arujá, no Estado de São Paulo, e nas cidades de Cariacica, Serra e Vila Velha, no Espírito Santo. No caso do STFC, o relator Igor Freitas esclareceu que a empresa deverá abrir mão da autorização, já que a concessão, para ser devolvida, acarretaria implicações mais sérias e dificilmente esta seria a decisão. Por 18 meses, contudo, as ofertas de STFC da GVT, que hoje são bastante diferentes das ofertas da Telefônica, terão que ser mantidas. A Anatel também analisará posteriormente a transferência de ações da Telecom Italia hoje detidas pela Telefônica para a Vivendi.

http://www.teletime.com.br/22/12/2014/telefonica-recebe--sinal-verde-para-comprar-gvt/tt/400624/news.aspx

06/01/2015 - CUT Nacional

Sete mil trabalhadores na Volks aprovam greve contra 800 demissões

Cerca de 7 mil trabalhadores na Volks, em São Bernardo do Campo (SP), aprovaram durante assembleia realizada nesta terça-feira (6) uma greve por tempo indeterminado em protesto contra a decisão de demitir 800 companheiros.

A decisão abrange os 13 mil metalúrgicos dos três turnos na fábrica. Nova assembleia com o pessoal da tarde acontecerá ainda nesta terça às 14h20.

Leia mais: http://migre.me/nZC0W